

DESENVOLVIMENTO DE LIDERANÇA

JUVENIL

AO INFINITO E ALÉM

PROTAGONISMO

CIDADANIA

TRIBOS

NAS TRILHAS DA CIDADANIA

ÉTICA

VOLUNTARIADO



CAPA CITA ÇÃO



Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

Representação no Brasil



Tecnologia Social
Fundação Banco do Brasil

Reservados todos os direitos de publicação à
ONG PARCEIROS VOLUNTÁRIOS
Largo Visconde de Cairu, 17, 8º andar - Centro
90030-110 - Porto Alegre, RS
Fone: 55 (51) 2101.9797
Fax: 55 (51) 2101.9776
<http://www.parceirosvoluntarios.org.br>

Desenvolvimento de Liderança Juvenil
2018

Organização
ONG Parceiros Voluntários

Superintendência
José Alfredo Nahas

Coordenação Geral e Desenvolvimento da metodologia
Guilherme Mielle Borba

Responsabilidade Técnica
Ida Beatriz Steques

(Direitos reservados. Permitida a utilização parcial, desde que citada a fonte)

SU MÁ RIO

APRESENTAÇÃO	04
ENCONTRO 1	06
ENCONTRO 2	21
ENCONTRO 3	27
ENCONTRO 4	33
ENCONTRO 5	37
ENCONTRO 6	42
ENCONTRO 7	45

APRESENTAÇÃO

Reconhecida recentemente pelo Instituto Doar, Revista época e Fundação Getúlio Vargas – SP, como uma das 100 melhores ONG para se doar, temos como o propósito de: “Vivermos em uma sociedade sustentável, tendo por base pessoas éticas e participativas”. Mais de 7 milhões de pessoas foram beneficiadas por esse imaginário e que se transformou na realidade de mais de 400 mil voluntários.

A ONG Parceiros Voluntários foi criada em 1997, objetivando apoiar e desenvolver o Terceiro Setor por meio da consolidação de políticas públicas, geradas a partir da atuação sinérgica de todos os setores da sociedade. Diante disso, a Organização mobiliza e atua na construção de um novo patamar de desenvolvimento econômico, ambiental, social, político e cultural, quando traz a proposta de “desenvolver a cultura do trabalho voluntário organizado”, como um dos caminhos para a cidadania, isto é: ser elo entre quem deseja se aproximar de uma organização social para ser voluntário e entre a organização social que necessita de recursos humanos voluntários, mas que tem receio de abrir suas portas para qualquer pessoa. Tendo por missão de “Qualificar pessoas e instituições, por intermédio de tecnologias sociais e do voluntariado, visando comunidades proativas e solidárias”, estabeleceu 03 estratégias de atuação: Programa Fortalecimento da Teia Social, Programa Valores na Educação e a Plataforma Integri – Desenvolvimento das Comunidades, via web.

Há 15 anos, a Parceiros Voluntários criou a ação Tribos nas Trilhas da Cidadania, maior movimento de voluntariado infantojuvenil do Brasil, que surgiu a partir da reivindicação de adolescentes, das escolas públicas e privadas, que se inquietavam e queriam “por a mão na massa”. A ação Tribos nas Trilhas da Cidadania tornou-se realidade, em 2003, com a participação de crianças, adolescentes e jovens, em escolas do Rio Grande do Sul. Eles confirmaram o seu empoderamento realizando ações de compromisso com a coletividade. Hoje, são milhares de estudantes que se dedicam a buscar soluções para problemas de suas comunidades em três Trilhas: Educação para a Paz, Meio Ambiente e Cultura.

E, por acreditar que a educação é uma responsabilidade de todos os cidadãos, a Tecnologia Social Tribos nas Trilhas da Cidadania constitui-se em uma proposta de Educação para Valores, promovendo a intera-

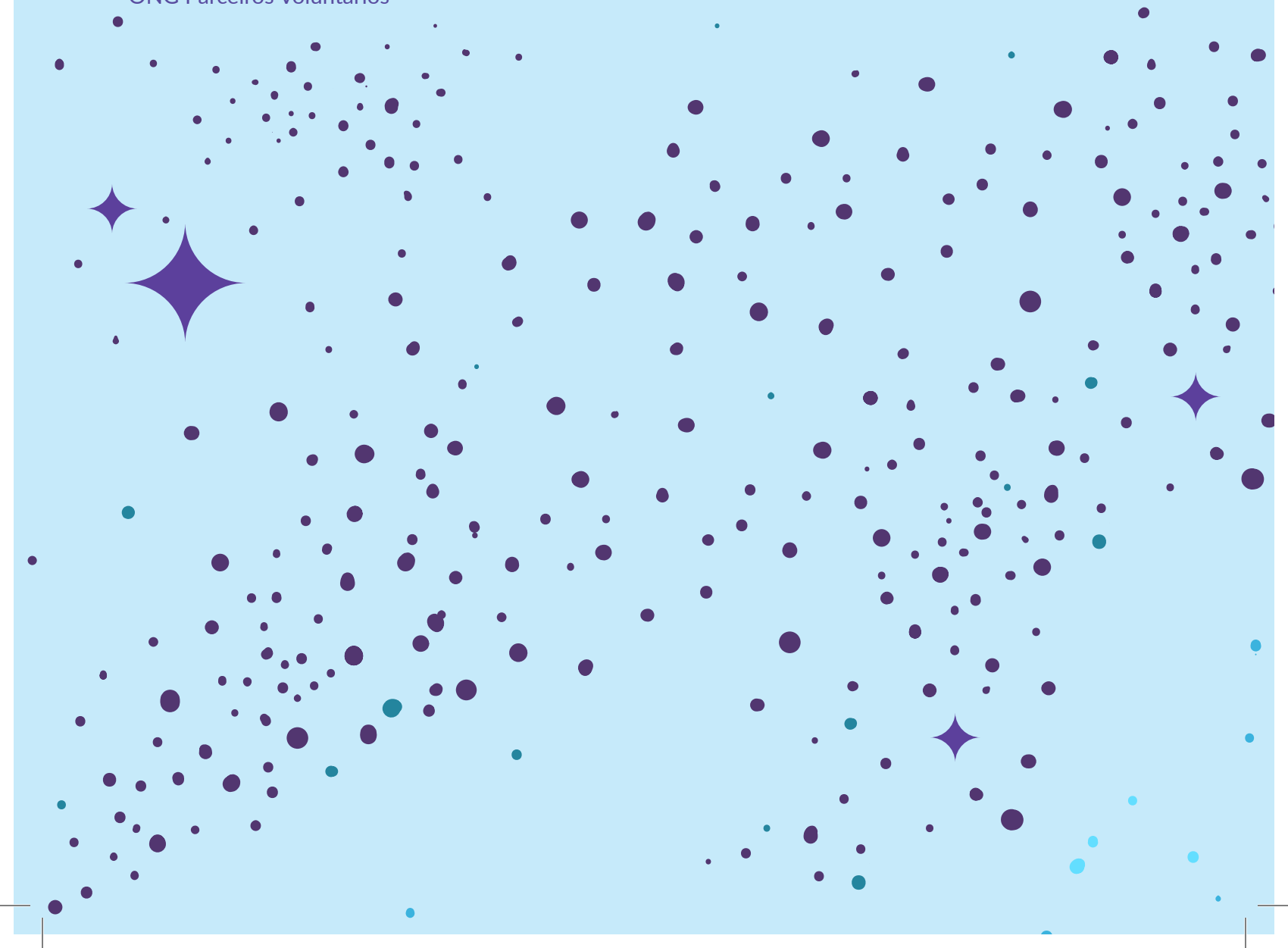
ção de todos os atores do cenário escolar e proporcionando momentos de construção de conceitos e sua aplicação a este ambiente. Nesse sentido, desenvolve o curso Desenvolvimento de Liderança Juvenil, que tem como objetivo promover a reflexão e o desenvolvimento de competências de estudantes, ampliando a compreensão de como contribuir para a transformação da realidade. Os conteúdos propostos trabalham Relacionamento Interpessoal, Voluntariado e Planejamento e oportunizam a crianças, adolescentes e jovens, a construção de uma cultura de participação social solidária e voluntária, por meio da Responsabilidade Social e de seu papel na sociedade.

Venha você, também, estudante, participar desse movimento que possibilita o desenvolvimento de seus valores e a participação em ações de transformação social. Descubra na capacitação Desenvolvimento de Liderança Juvenil as oportunidades para o seu desenvolvimento pessoal e coletivo.

Abraços,

Equipe Valores na Educação

ONG Parceiros Voluntários



Encontro 1 – Ei jovem? Bora transformar o mundo?

Bom, para transformar o mundo em que vivemos precisamos conhecê-lo!
Você já ouviu falar nos ODS? Você sabia que mais de 190 países assinaram um pacto global que visa um mundo melhor?





Objetivos do Desenvolvimento Sustentável

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável compõem uma agenda transformada em um plano de ação, com 17 objetivos e 169 metas para as pessoas, para instituições, para o planeta e para a prosperidade. Ela também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade. Reconhecemos que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável.

Os Objetivos e metas estimularão a ação para os próximos 15 anos em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta. Os 193 Estados-Membros da Organização das Nações Unidas (ONU) adotaram formalmente a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Definição de Desenvolvimento Sustentável: “O desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades”.

A **Organização das Nações Unidas**, também conhecida pela sigla ONU, é uma organização internacional, o objetivo é facilitar a cooperação em termos de direito e segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, direitos humanos e da paz mundial entre os 193 países membros.

A ONU foi fundada em 1945, logo após a Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de deter as guerras entre os países e para facilitar diálogo entre os mesmos.

Quais são os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável?

Fonte: ONU Brasil



Atividade: Simulação de Convenção da ONU

Em um grande círculo você participará de uma simulação de um encontro da Organização das Nações Unidas (ONU). Você receberá um adesivo com a bandeira e nome do país que você irá representar.

Apresente 1 (uma) ação que você gostaria de realizar no seu país que tenha referência nos 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

País que você irá representar: _____

Ação: _____

Referência: Objetivo n°: _____

OBJETIVOS **DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**



Quer conhecer mais sobre as 17 Metas:

OBJETIVO 1. ACABAR COM A POBREZA EM TODAS AS SUAS FORMAS, EM TODOS OS LUGARES

1.1 Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia

1.2 Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais

1.3 Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças

1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

1.a Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões

1.b Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza

OBJETIVO 2. ACABAR COM A FOME, ALCANÇAR A SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DA NUTRIÇÃO E PROMOVER A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

2.2 Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas

2.3 Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola

2.4 Até 2030, garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resilientes, que aumentem a produtividade e a produção, que ajudem a manter os ecossistemas, que fortaleçam a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, às condições meteorológicas extremas, secas, inundações e outros desastres, e que melhorem progressivamente a qualidade da terra e do solo

2.5 Até 2020, manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e suas respectivas espécies selvagens, inclusive por meio de bancos de sementes e plantas diversificados e bem geridos em nível nacional, regional e internacional, e garantir o acesso e a repartição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, como acordado internacionalmente

2.a Aumentar o investimento, inclusive via o reforço da cooperação internacional, em infraestrutura rural, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos

2.b Corrigir e prevenir as restrições ao comércio e distorções nos mercados agrícolas mundiais, incluindo a eliminação paralela de todas as formas de subsídios à exportação e todas as medidas de exportação com efeito equivalente, de acordo com o mandato da Rodada de Desenvolvimento de Doha

2.c Adotar medidas para garantir o funcionamento adequado dos mercados de commodities de alimentos e seus derivados, e facilitar o acesso oportuno à informação de mercado, inclusive sobre as reservas de alimentos, a fim de ajudar a limitar a volatilidade extrema dos preços dos alimentos.

OBJETIVO 3. ASSEGURAR UMA VIDA SAUDÁVEL E PROMOVER O BEM-ESTAR PARA TODAS E TODOS, EM TODAS AS IDADES

3.1 Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

3.2 Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos

3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

3.4 Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

3.5 Reforçar a prevenção e o tratamento do abuso de substâncias, incluindo o abuso de drogas entorpecentes e uso nocivo do álcool

3.6 Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

3.7 Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos

3.9 Até 2030, reduzir substancialmente o número de mortes e doenças por produtos químicos perigosos, contaminação e poluição do ar e água do solo

3.a Fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco em todos os países, conforme apropriado

3.b Apoiar a pesquisa e o desenvolvimento de vacinas e medicamentos para as doenças transmissíveis e não transmissíveis, que afetam principalmente os países em desenvolvimento, proporcionar o acesso a medicamentos e vacinas essenciais a preços acessíveis, de acordo com a Declaração de Doha, que afirma o direito dos países em desenvolvimento de utilizarem plenamente as disposições do acordo TRIPS sobre flexibilidades para proteger a saúde pública e, em particular, proporcionar o acesso a medicamentos para todos

3.c Aumentar substancialmente o financiamento da saúde e o recrutamento, desenvolvimento e formação, e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos e nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

3.d Reforçar a capacidade de todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, para o alerta precoce, redução de riscos e gerenciamento de riscos nacionais e globais de saúde.

OBJETIVO 4. ASSEGURAR A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E EQUITATIVA E DE QUALIDADE, E PROMOVER OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA PARA TODAS E TODOS

4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes

4.2 Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário

4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade

4.4 Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo

4.5 Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade

4.6 Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática

4.7 Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável

4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às

deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

4.b Até 2020, substancialmente ampliar globalmente o número de bolsas de estudo para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, técnicos, de engenharia e programas científicos em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

4.c Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte

5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos

5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas

5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais

5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais

5.b Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres

5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

A turma poderá produzir um cartaz com as principais ações apresentadas!

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos

6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

6.4 Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

6.5 Até 2030, implementar a gestão integrada dos recursos hídricos em todos os níveis, inclusive via cooperação transfronteiriça, conforme apropriado

6.6 Até 2020, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água, incluindo montanhas, florestas, zonas úmidas, rios, aquíferos e lagos

6.a Até 2030, ampliar a cooperação internacional e o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento em atividades e programas relacionados à água e saneamento, incluindo a coleta de água, a dessalinização, a eficiência no uso da água, o tratamento de efluentes, a reciclagem e as tecnologias de reuso

6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento

OBJETIVO 7. ASSEGURAR O ACESSO CONFIÁVEL, SUSTENTÁVEL, MODERNO E A PREÇO ACESSÍVEL À ENERGIA PARA TODAS E TODOS

7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

7.2 Até 2030, aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global

7.3 Até 2030, dobrar a taxa global de melhoria da eficiência energética

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa

7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, particularmente nos países menos desenvolvidos, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio.

OBJETIVO 8. PROMOVER O CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO, INCLUSIVO E SUSTENTÁVEL, EMPREGO PLENO E PRODUTIVO E TRABALHO DECENTE PARA TODAS E TODOS

8.1 Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos

8.2 Attingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos

setores intensivos em mão de obra

8.3 Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros

8.4 Melhorar progressivamente, até 2030, a eficiência dos recursos globais no consumo e na produção, e empenhar-se para dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, de acordo com o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com os países desenvolvidos assumindo a liderança

8.5 Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

8.6 Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação

8.7 Tomar medidas imediatas e eficazes para erradicar o trabalho forçado, acabar com a escravidão moderna e o tráfico de pessoas, e assegurar a proibição e eliminação das piores formas de trabalho infantil, incluindo recrutamento e utilização de crianças-soldado, e até 2025 acabar com o trabalho infantil em todas as suas formas

8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários

8.9 Até 2030, elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais

8.10 Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos

8.a Aumentar o apoio da Iniciativa de Ajuda para o Comércio [Aid for Trade] para os países em desenvolvimento, particularmente os países menos desenvolvidos, inclusive por meio do Quadro Integrado Reforçado para a Assistência Técnica Relacionada com o Comércio para os países menos desenvolvidos

8.b Até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho [OIT]

OBJETIVO 9. CONSTRUIR INFRAESTRUTURAS RESILIENTES, PROMOVER A INDUSTRIALIZAÇÃO INCLUSIVA E SUSTENTÁVEL E FOMENTAR A INOVAÇÃO

9.1 Desenvolver infraestrutura de qualidade, confiável, sustentável e resiliente, incluindo infraestrutura regional e transfronteiriça, para apoiar o desenvolvimento econômico e o bem-estar humano, com foco no acesso equitativo e a preços acessíveis para todos

9.2 Promover a industrialização inclusiva e sustentável e, até 2030, aumentar significativamente a participação da indústria no setor de emprego e no PIB, de acordo com as circunstâncias nacionais, e dobrar sua participação nos países menos desenvolvidos

9.3 Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados

9.4 Até 2030, modernizar a infraestrutura e reabilitar as indústrias para torná-las sustentáveis, com eficiência aumentada no uso de recursos e maior adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente corretos; com todos os países atuando de acordo com suas respectivas capacidades

9.5 Fortalecer a pesquisa científica, melhorar as capacidades tecnológicas de setores industriais em todos os países, particularmente os países em desenvolvimento, inclusive, até 2030, incentivando a inovação e aumentando substancialmente o número de trabalhadores de pesquisa e desenvolvimento

por milhão de pessoas e os gastos público e privado em pesquisa e desenvolvimento

9.a Facilitar o desenvolvimento de infraestrutura sustentável e resiliente em países em desenvolvimento, por meio de maior apoio financeiro, tecnológico e técnico aos países africanos, aos países menos desenvolvidos, aos países em desenvolvimento sem litoral e aos pequenos Estados insulares em desenvolvimento

9.b Apoiar o desenvolvimento tecnológico, a pesquisa e a inovação nacionais nos países em desenvolvimento, inclusive garantindo um ambiente político propício para, entre outras coisas, a diversificação industrial e a agregação de valor às commodities

9.c Aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação e se empenhar para oferecer acesso universal e a preços acessíveis à internet nos países menos desenvolvidos, até 2020

OBJETIVO 10. REDUZIR A DESIGUALDADE DENTRO DOS PAÍSES E ENTRE ELES

10.1 Até 2030, progressivamente alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra

10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito

10.4 Adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e de proteção social, e alcançar progressivamente uma maior igualdade

10.5 Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações

10.6 Assegurar uma representação e voz mais forte dos países em desenvolvimento em tomadas de decisão nas instituições econômicas e financeiras internacionais globais, a fim de produzir instituições mais eficazes, críveis, responsáveis e legítimas

10.7 Facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas

10.a Implementar o princípio do tratamento especial e diferenciado para países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, em conformidade com os acordos da OMC

10.b Incentivar a assistência oficial ao desenvolvimento e fluxos financeiros, incluindo o investimento externo direto, para os Estados onde a necessidade é maior, em particular os países menos desenvolvidos, os países africanos, os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus planos e programas nacionais

10.c Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corretores de remessas com custos superiores a 5%

OBJETIVO 11. TORNAR AS CIDADES E OS ASSENTAMENTOS HUMANOS INCLUSIVOS, SEGUROS, RESILIENTES E SUSTENTÁVEIS

11.1 Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas

11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos

11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e

gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países

11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo

11.5 Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade

11.6 Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros

11.7 Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência

11.a Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, periurbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento

11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis

11.c Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais

OBJETIVO 12. ASSEGURAR PADRÕES DE PRODUÇÃO E DE CONSUMO SUSTENTÁVEIS

12.1 Implementar o Plano Decenal de Programas sobre Produção e Consumo Sustentáveis, com todos os países tomando medidas, e os países desenvolvidos assumindo a liderança, tendo em conta o desenvolvimento e as capacidades dos países em desenvolvimento

12.2 Até 2030, alcançar a gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

12.3 Até 2030, reduzir pela metade o desperdício de alimentos per capita mundial, nos níveis de varejo e do consumidor, e reduzir as perdas de alimentos ao longo das cadeias de produção e abastecimento, incluindo as perdas pós-colheita

12.4 Até 2020, alcançar o manejo ambientalmente saudável dos produtos químicos e todos os resíduos, ao longo de todo o ciclo de vida destes, de acordo com os marcos internacionais acordados, e reduzir significativamente a liberação destes para o ar, água e solo, para minimizar seus impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente

12.5 Até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso

12.6 Incentivar as empresas, especialmente as empresas grandes e transnacionais, a adotar práticas sustentáveis e a integrar informações de sustentabilidade em seu ciclo de relatórios

12.7 Promover práticas de compras públicas sustentáveis, de acordo com as políticas e prioridades nacionais

12.8 Até 2030, garantir que as pessoas, em todos os lugares, tenham informação relevante e conscientização para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida em harmonia com a natureza

12.a Apoiar países em desenvolvimento a fortalecer suas capacidades científicas e tecnológicas para mudar para padrões mais sustentáveis de produção e consumo

12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável, que gera empregos, promove a cultura e os produtos locais

12.c Racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis, que encorajam o consumo exagerado, eliminando as distorções de mercado, de acordo com as circunstâncias nacionais, inclusive por meio

da reestruturação fiscal e a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais, caso existam, para refletir os seus impactos ambientais, tendo plenamente em conta as necessidades específicas e condições dos países em desenvolvimento e minimizando os possíveis impactos adversos sobre o seu desenvolvimento de uma forma que proteja os pobres e as comunidades afetadas

OBJETIVO 13. TOMAR MEDIDAS URGENTES PARA COMBATER A MUDANÇA CLIMÁTICA E SEUS IMPACTOS

13.1 Reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados ao clima e às catástrofes naturais em todos os países

13.2 Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais

13.3 Melhorar a educação, aumentar a conscientização e a capacidade humana e institucional sobre mitigação, adaptação, redução de impacto e alerta precoce da mudança do clima

13.a Implementar o compromisso assumido pelos países desenvolvidos partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano a partir de 2020, de todas as fontes, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento, no contexto das ações de mitigação significativas e transparência na implementação; e operacionalizar plenamente o Fundo Verde para o Clima por meio de sua capitalização o mais cedo possível

13.b Promover mecanismos para a criação de capacidades para o planejamento relacionado à mudança do clima e à gestão eficaz, nos países menos desenvolvidos, inclusive com foco em mulheres, jovens, comunidades locais e marginalizadas

OBJETIVO 14. CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS OCEANOS, DOS MARES E DOS RECURSOS MARINHOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

14.1 Até 2025, prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos, especialmente a advinda de atividades terrestres, incluindo detritos marinhos e a poluição por nutrientes

14.2 Até 2020, gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros para evitar impactos adversos significativos, inclusive por meio do reforço da sua capacidade de resiliência, e tomar medidas para a sua restauração, a fim de assegurar oceanos saudáveis e produtivos

14.3 Minimizar e enfrentar os impactos da acidificação dos oceanos, inclusive por meio do reforço da cooperação científica em todos os níveis

14.4 Até 2020, efetivamente regular a coleta, e acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica, para restaurar populações de peixes no menor tempo possível, pelo menos a níveis que possam produzir rendimento máximo sustentável, como determinado por suas características biológicas

14.5 Até 2020, conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e marinhas, de acordo com a legislação nacional e internacional, e com base na melhor informação científica disponível

14.6 Até 2020, proibir certas formas de subsídios à pesca, que contribuem para a sobrecapacidade e a sobrepesca, e eliminar os subsídios que contribuam para a pesca ilegal, não reportada e não regulamentada, e abster-se de introduzir novos subsídios como estes, reconhecendo que o tratamento especial e diferenciado adequado e eficaz para os países em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos deve ser parte integrante da negociação sobre subsídios à pesca da Organização Mundial do Comércio

14.7 Até 2030, aumentar os benefícios econômicos para os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos, a partir do uso sustentável dos recursos marinhos, inclusive por meio de uma gestão sustentável da pesca, aquicultura e turismo

14.a Aumentar o conhecimento científico, desenvolver capacidades de pesquisa e transferir tecnologia marinha, tendo em conta os critérios e orientações sobre a Transferência de Tecnologia Marinha da Comissão Oceanográfica Intergovernamental, a fim de melhorar a saúde dos oceanos e aumentar a contri-

buição da biodiversidade marinha para o desenvolvimento dos países em desenvolvimento, em particular os pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países menos desenvolvidos

14.b Proporcionar o acesso dos pescadores artesanais de pequena escala aos recursos marinhos e mercados

14.c Assegurar a conservação e o uso sustentável dos oceanos e seus recursos pela implementação do direito internacional, como refletido na UNCLOS [Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar], que provê o arcabouço legal para a conservação e utilização sustentável dos oceanos e dos seus recursos, conforme registrado no parágrafo 158 do “Futuro Que Queremos”

OBJETIVO 15. PROTEGER, RECUPERAR E PROMOVER O USO SUSTENTÁVEL DOS ECOSISTEMAS TERRESTRES, GERIR DE FORMA SUSTENTÁVEL AS FLORESTAS, COMBATER A DESERTIFICAÇÃO, DETER E REVERTER A DEGRADAÇÃO DA TERRA E DETER A PERDA DE BIODIVERSIDADE

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo

15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas

15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos

15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias

15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas

15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas

15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de

OBJETIVO 16. PROMOVER SOCIEDADES PACÍFICAS E INCLUSIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, PROPORCIONAR O ACESSO À JUSTIÇA PARA TODOS E CONSTRUIR INSTITUIÇÕES EFICAZES, RESPONSÁVEIS E INCLUSIVAS EM TODOS OS NÍVEIS

16.1 Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares

16.2 Acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças

16.3 Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

16.4 Até 2030, reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado

16.5 Reduzir substancialmente a corrupção e o suborno em todas as suas formas

16.6 Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis

16.7 Garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis

16.8 Ampliar e fortalecer a participação dos países em desenvolvimento nas instituições de governança global

16.9 Até 2030, fornecer identidade legal para todos, incluindo o registro de nascimento

16.10 Assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais

16.a Fortalecer as instituições nacionais relevantes, inclusive por meio da cooperação internacional, para a construção de capacidades em todos os níveis, em particular nos países em desenvolvimento, para a prevenção da violência e o combate ao terrorismo e ao crime

16.b Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

OBJETIVO 17. FORTALECER OS MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO E REVITALIZAR A PARCERIA GLOBAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finanças

17.1 Fortalecer a mobilização de recursos internos, inclusive por meio do apoio internacional aos países em desenvolvimento, para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas

17.2 Países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos em matéria de assistência oficial ao desenvolvimento [AOD], inclusive fornecer 0,7% da renda nacional bruta [RNB] em AOD aos países em desenvolvimento, dos quais 0,15% a 0,20% para os países menos desenvolvidos; provedores de AOD são encorajados a considerar a definir uma meta para fornecer pelo menos 0,20% da renda nacional bruta em AOD para os países menos desenvolvidos

17.3 Mobilizar recursos financeiros adicionais para os países em desenvolvimento a partir de múltiplas fontes

17.4 Ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida de longo prazo por meio de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento, a redução e a reestruturação da dívida, conforme apropriado, e tratar da dívida externa dos países pobres altamente endividados para reduzir o superendividamento

17.5 Adotar e implementar regimes de promoção de investimentos para os países menos desenvolvidos

Tecnologia
17.6 Melhorar a cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular regional e internacional e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar o compartilhamento de conhecimentos em termos mutuamente acordados, inclusive por meio de uma melhor coordenação entre os mecanismos existentes, particularmente no nível das Nações Unidas, e por meio de um mecanismo de facilitação de tecnologia global

17.7 Promover o desenvolvimento, a transferência, a disseminação e a difusão de tecnologias ambientalmente corretas para os países em desenvolvimento, em condições favoráveis, inclusive em condições

concessionais e preferenciais, conforme mutuamente acordado

17.8 Operacionalizar plenamente o Banco de Tecnologia e o mecanismo de capacitação em ciência, tecnologia e inovação para os países menos desenvolvidos até 2017, e aumentar o uso de tecnologias de capacitação, em particular das tecnologias de informação e comunicação

Capacitação

17.9 Reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os objetivos de desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da cooperação Norte-Sul, Sul-Sul e triangular

Comércio

17.10 Promover um sistema multilateral de comércio universal, baseado em regras, aberto, não discriminatório e equitativo no âmbito da Organização Mundial do Comércio, inclusive por meio da conclusão das negociações no âmbito de sua Agenda de Desenvolvimento de Doha

17.11 Aumentar significativamente as exportações dos países em desenvolvimento, em particular com o objetivo de duplicar a participação dos países menos desenvolvidos nas exportações globais até 2020

17.12 Concretizar a implementação oportuna de acesso a mercados livres de cotas e taxas, de forma duradoura, para todos os países menos desenvolvidos, de acordo com as decisões da OMC, inclusive por meio de garantias de que as regras de origem preferenciais aplicáveis às importações provenientes de países menos desenvolvidos sejam transparentes e simples, e contribuam para facilitar o acesso ao mercado

Questões sistêmicas

Coerência de políticas e institucional

17.13 Aumentar a estabilidade macroeconômica global, inclusive por meio da coordenação e da coerência de políticas

17.14 Aumentar a coerência das políticas para o desenvolvimento sustentável

17.15 Respeitar o espaço político e a liderança de cada país para estabelecer e implementar políticas para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

As parcerias multissetoriais

17.16 Reforçar a parceria global para o desenvolvimento sustentável, complementada por parcerias multissetoriais que mobilizem e compartilhem conhecimento, expertise, tecnologia e recursos financeiros, para apoiar a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável em todos os países, particularmente nos países em desenvolvimento

17.17 Incentivar e promover parcerias públicas, público-privadas e com a sociedade civil eficazes, a partir da experiência das estratégias de mobilização de recursos dessas parcerias

Dados, monitoramento e prestação de contas

17.18 Até 2020, reforçar o apoio à capacitação para os países em desenvolvimento, inclusive para os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais

17.19 Até 2030, valer-se de iniciativas existentes para desenvolver medidas do progresso do desenvolvimento sustentável que complementem o produto interno bruto [PIB] e apoiem a capacitação estatística nos países em desenvolvimento

Fonte: ONU Brasil

Encontro 2 – Vida Familiar

Todos nós temos uma família, nem todas as famílias são iguais, mas todas elas são fundamentais para todos nós seres humanos!



Todo ser humano nasce em um núcleo chamado família, invariavelmente todos nós temos uma família. Sabemos que a configuração das famílias são diferentes, mas a importância delas não, todas são fundamentais para o nosso desenvolvimento.

“Família é um organismo destinado essencialmente ao cuidado da vida – tanto individual como social – onde se dão e se aprendem as noções fundamentais para a vida, que poderíamos resumir como se segue: procriação; cuidado da saúde; preservação da vida; aquisição de conhecimentos; aquisição de habilidades profissionais; aprendizagem da convivência familiar e social (amor, tolerância, solidariedade); transmissão, aperfeiçoamento e criação de normas sociais e culturais.

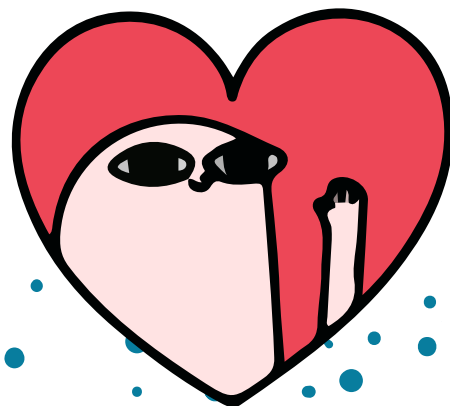
Psicóloga Renata Soifer

No ambiente familiar deve sempre existir amor, afeto, proteção e sentimento de segurança. A confiança é necessária para o apoio na solução de problemas e conflitos. Na família temos a primeira experiência de convivência em grupo, respeito as diferenças e tolerância.

O bem-estar da sua família depende também das suas atitudes, dos seus gestos de carinho, da relação de confiança que você tem com os membros da sua família, do quanto você colabora com as tarefas da casa do quanto você se dedica aos seus estudos e quanto se interessa para uma melhora qualidade de vida, primeiramente a sua e posteriormente a dos demais membros. Lembre-se, você é parte fundamental da sua família.

Juntos

Lacióli





**MENOS SMARTPHONE
E MAIS ABRAÇO**

OLHE NOS OLHOS

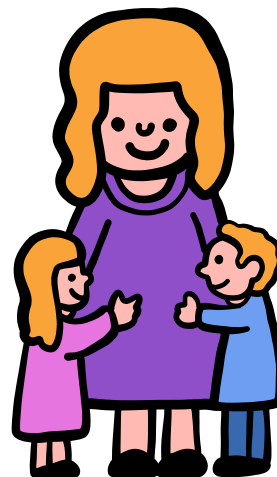


DIGA EU TE AMO



CONVERSE MAIS

ABRACE MAIS



Antigamente as famílias era conhecidas pelo seu sobrenomes e por seus símbolos. Eram muito utilizados brasões para simbolizar a famílias tradicionais.
Faça um desenho que simbolize sua família, se preferir algo mais contemporâneo (atual) faça um grafite.

Encontro 3 – Liderança

Você é um líder? Sabe identificar um? Onde estão os líderes?

Liderança é a capacidade que uma pessoa possui de conduzir um grupo de indivíduos, transformando-os em uma equipe que gera resultados.

Um líder possui a habilidade de motivar, influenciar e inspirar o grupo de forma ética e positiva, para que contribuam voluntariamente e para alcançarem os objetivos da equipe.



1. SER UM LÍDER ATUANTE

Há muito tempo existe uma distinção entre gestor e líder. O que podemos esperar para os próximos anos é que o gestor assuma posições de um líder dentro da empresa. Um gestor não pode ser alguém colocado em uma posição de poder, simplesmente porque ele traz mais dinheiro ou é melhor em delegar, e sim que estimule sua equipe e traga resultados.

2. ASSUMIR AS RESPONSABILIDADES

O gestor deve assumir de frente sua função e procurar resolver os obstáculos que sua equipe possa encontrar pela frente. Quando um gestor assume a liderança ele abre novos caminhos e permite que os membros de sua equipe alcancem o sucesso.

3. ENTENDER SOBRE AS TECNOLOGIAS

Os gestores não precisam se tornar especialistas em cada nova tecnologia que surge. No entanto, agora que a tecnologia tornou-se uma parte tão crucial de como vivemos e trabalhamos, nunca foi tão importante para os gestores compreender quais as tecnologias tem o potencial de beneficiar a organização.

4. LIDERAR PELO EXEMPLO

O gestor deve ser a primeira pessoa a demonstrar um bom comportamento para apoiar novas metodologias ou abraçar um novo conceito. Nunca agir pelo impulso e servir sempre de exemplo para sua equipe.

5. PEDIR AJUDA SE NECESSÁRIO

Um bom gestor deve também, reconhecer o momento de pedir ajuda, admitir quando estiver errado ou mesmo quando não sabe de algo. Reconhecer suas vulnerabilidades é o que leva à inovação e desenvolvimento profissional.

6. ACREDITAR NA INTELIGÊNCIA COLETIVA

O gestor deve entender e abraçar o fato de que ele pode não ter todas as respostas ou tomar as melhores decisões. É muito mais eficaz contar com a inteligência coletiva de uma equipe em vez de tomar decisões ruins.

7. SER UM TOMADOR DE DECISÕES

Os gestores são muitas vezes creditados com a necessidade de “apagar incêndios”, porém o seu papel deveria ser exatamente o oposto. Os gestores devem ser tomadores de decisões e geradores de novas ideias que possam desafiar os negócios.

8. SABER RECONHECER OS MÉRITOS

Reconhecer o bom trabalho de um funcionário faz parte da tarefa do gestor. Essa é uma ferramenta de gestão que garante a satisfação do profissional deixando-o motivado a gerar maiores resultados.

9. OFERECER FEEDBACK

Se reunir com sua equipe periodicamente e oferecer feedback das atividades desempenhadas e do desenvolvimento do profissional dentro da empresa é uma ótima maneira de garantir que os trabalhos continuem alinhados no ritmo de produção.

10. RECONHECER OS LIMITES PESSOAIS

Um gestor reconhece que os membros da equipe têm o seu próprio espaço. Isso significa respeitar os limites pessoais de cada um e não ser invasivo quanto a sua privacidade. Um líder deve trabalhar no sentido de suprir as expectativas dos seus colaboradores e respeitar os limites que existem entre chefe e subordinado.

*Artigo por Juliane Yamaoka, gerente geral da Efix

Publicado na Revista Exame



LÍDERES DO BEM

NELSON MANDELA

Nelson Mandela dedicou uma vida inteira contra a segregação racial que dominava a África do Sul

O líder sul-africano Nelson Mandela foi um dos mais importantes sujeitos políticos atuantes contra o processo de discriminação instaurado pelo apartheid, na África do Sul, e se tornou um ícone internacional na defesa das causas humanitárias. Nascido em 18 de julho de 1918, na cidade de Transkei, Nelson Rolihlahla Mandela era filho único do casal Henry Mgadla Mandela e Noseki Fanny, que integrava uma antiga família de aristocratas da casa real de Thembu. Mesmo após ter suas posses e privilégios retirados pela ingerência da Coroa Britânica na região, a família viveu um período de tranqüilidade, até quando Henry Mgadla faleceu inesperadamente, em ano de 1927. Com essa reviravolta em sua vida familiar, a mãe de Mandela se viu obrigada a deixar seu unigênito sob os cuidados de Jongintaba Dalindyebo, parente da família que tinha condições de zelar pela vida e a educação de Nelson Mandela.

Nesse período de sua vida, o jovem Mandela teve oportunidade de ter uma ampla formação educacional influenciada pelos valores de sua própria cultura e da cultura européia. Com isso, o futuro ativista político conseguiu discernir como o pensamento colonial se ocupava em dizer aos africanos que eles deveriam se inspirar nos “ditames superiores” da cultura do Velho Mundo. Após passar pelas melhores instituições de ensino da época, o bem educado rapaz chegou à Universidade de Fort Hare.

No ambiente universitário, Mandela teve oportunidade de tomar conhecimento da luta contra o apartheid promovida pelo Congresso Nacional Africano (CNA). Entretanto, antes de lutar contra o problema social que tomava seu país, Nelson Mandela se voltou contra as tradições de seu próprio povo ao não se sujeitar a um casamento arranjado. Mediante o impasse, o jovem se refugiou na cidade de Johannesburgo, onde trabalhou em uma imobiliária e, logo em seguida, em um escritório de advocacia.

Vivendo nesta cidade, Mandela aprofundou ainda mais seu envolvimento com as atividades do CNA e deu continuidade aos seus estudos no campo do Direito. No ano de 1942, com o apoio de companheiros como Walter Sisulu e Oliver Tambo, fundou a Liga Jovem do CNA. Na década de 1950, os ativistas aliados à Mandela resolveram realizar uma grande manifestação de desobediência civil onde protestavam com as políticas segregacionistas impostas pelo governo do Partido Nacional.

Essa grande manifestação política resultou na elaboração da Carta da Liberdade, importante documento de luta onde a população negra oficializava sua indignação. Em 1956, as autoridades prenderam Nelson Mandela e decidiram condená-lo à morte pelo crime de traição. No

entanto, a repercussão internacional de sua prisão e julgamento serviram para que o líder ficasse em liberdade. Depois disso, Mandela continuou a conduzir os protestos pacíficos contra a ordem estabelecida.

Em março de 1960, um trágico episódio incitou Nelson Mandela a rever seus meios de atuação política. Naquele mês, um protesto que tomou conta das ruas da cidade de Sharpeville resultou na morte de vários manifestantes desarmados. Depois disso, Nelson Mandela decidiu se empenhar na formação do “Lança da Nação”, um braço armado do CNA. Naturalmente, o governo segregacionista logo saiu em busca dos líderes dessa facção e, em 5 de agosto de 1962, Mandela foi mais uma vez preso.

Após enfrentar um processo judicial, Mandela foi condenado à prisão perpétua, pena que cumpriria em uma ilha penitenciária localizada a três quilômetros da cidade do Cabo. Nos vinte e sete anos seguintes, Mandela, o preso “466/64”, ficou alheio ao mundo exterior e vivia o desafio de esperar pelo tempo em sua cela. Nessa época, consolidou uma inesperada amizade com James Gregory, carcereiro da prisão que se impressionou com os valores e a dignidade de seu vigiado.

Nesse meio tempo, após a desarticulação do movimento anti-apartheid, novos movimentos de luta surgiram e a comunidade internacional se mobilizou contra a sua prisão. Somente em 1990 – sob a tutela do governo conciliador do presidente Frederik Willem de Klerk – Nelson Mandela foi liberto e reconduziu o processo que deu fim ao apartheid na África do Sul. Em 1992, as leis segregacionistas foram finalmente abolidas com o apoio de Mandela e Willem de Klerk.

No ano seguinte, a vitória política lhe concedeu o prêmio Nobel da Paz e, em 1994, foram organizadas as primeiras eleições multirraciais da África do Sul. A vitória eleitoral de Nelson Mandela iniciou o expurgo das práticas racistas do Estado africano e rendeu grande reconhecimento internacional à Mandela. Depois de cumprir mandato, em 1999, Mandela atuou em diversas causas humanitárias. O líder sul-africano exerceu também um grande papel na luta contra a AIDS.

Nelson Mandela faleceu em 05 de dezembro de 2013, em sua casa, na cidade de Johannesburgo, em decorrência de uma infecção pulmonar.

Fonte: Brasil Escola



LÍDERES DO BEM

MALALA YOUSAFZAI

Malala Yousafzai (1997) é uma jovem paquistanesa, militante dos direitos das meninas de ir à escola. Aos 17 anos, é a mais jovem ganhadora do Prêmio Nobel da Paz.

Malala Yousafzai nasceu no Vale do Swat, no norte do Paquistão, no dia 12 de julho de 1997. Filha de Ziauddin Yousafzai, professor e dono de escola incentivou o estudo da filha. Em 2008, o Talibã destruiu 150 escolas para meninas no Paquistão. Malala ia para o colégio com o uniforme escondido dentro da mochila, para não ser atacada.

Malala começou a escrever um blog, em que contava os obstáculos para estudar e seguir seu sonho de ser médica. Em outubro de 2012, quando já dava entrevistas e aparecia na televisão defendendo o direito das meninas à educação, recebeu três tiros contra sua cabeça, no momento em que estava dentro do ônibus que a levaria para a escola.

Malala Yousafzai que estava com quinze anos, foi levada para a Inglaterra, onde se submeteu a tratamento. A jovem sobreviveu ao atentado e, aos 16 anos tornou-se porta voz de uma causa - o direito à educação. Vive exilada em Birmingham, junto com sua família.

No dia 12 de julho de 2013, quando comemorou 16 anos, discursou para uma plateia de representantes de mais de 100 países na Assembleia da ONU, em Nova Iorque. Em outubro, recebeu o Prêmio Sakharov, dado pelo Parlamento Europeu. No dia 10 de outubro de 2014, com 17 anos, Malala recebeu o Prêmio Nobel da Paz, tornando-se a mais jovem ganhadora da premiação.

Fonte: Portal Pensador.com

Atividade: Você deverá colar uma folha em branco nas costas. Cada aluno deverá escrever uma característica positiva de liderança que identifica nos colegas. Permita que seus colegas identifiquem suas características e faça o mesmo com eles. Valorize as qualidades do próximo!

Encontro 4 – Comunicação Não-Violenta

Você sabe o que é Comunicação Não-Violenta?

Talvez parte dos conflitos que enfrentamos ou passamos aconteça não pela discordância de opiniões, crenças ou convicções, mas pela forma que expomos ou expressamos nossas ideias. A Comunicação Não-Violenta também é conhecida como Comunicação Empática.



EMPATIA

Ação de se colocar no lugar de outra pessoa, buscando agir ou pensar da forma como ela pensaria ou agiria nas mesmas circunstâncias. Aptidão para se identificar com o outro, sentindo o que ele sente, desejando o que ele deseja, aprendendo da maneira como ele aprende etc. [Psicologia] Identificação de um sujeito com outro; quando alguém, através de suas próprias especulações ou sensações, se coloca no lugar de outra pessoa, tentando entendê-la. Competência emocional para apreender o significado de um objeto, geralmente de um quadro, de uma pintura etc. Faculdade para idealizar ou traçar a personalidade de alguém, projetando-a num dado objeto, de maneira que tal objeto pareça estar indissociável desta. [Sociologia] Compreensão do “Eu” social a partir de três recursos: enxergar-se de acordo com a opinião de outra pessoa; enxergar os outros de acordo com a opinião de outra pessoa; enxergar os outros de acordo com a opinião deles próprios.

É importante resgatarmos que **TODOS** somos compassivos por natureza, porém muitas vezes a ambiente que vivemos, seja em casa, na comunidade, na escola, quando estimulado a competitividade, agressividade, imediatismo influenciam para comunicações violentas. Vale ressaltar que a nossa atitude é fundamental para potencializar e fortalecer ou para mudar uma cultura de comunicação violenta. A forma de você manifestar suas ideias, crenças e convicções são fundamentais para o resultado de uma comunicação positiva e eficaz.

COMUNICAÇÃO NÃO-VOLENTA

A comunicação Não-Violenta foi desenvolvida pelo psicólogo americano Marshall Rosenberg. Essa linha de pesquisa, que também é considerada como um estilo de vida, propõe uma nova maneira de se comunicar e o foco está em diálogos baseados na empatia.

Você já parou para pensar sobre a maneira como você se comunica?

Será que existe algum tipo de violência na forma como você se relaciona, seja no trabalho, com a sua família ou com seus amigos? Sua primeira reação pode ser: nossa, que horror! Eu não sou uma pessoa violenta. Que termo pesado. Eu não costumo sair gritando e esbravejando com meus colaboradores, filhos ou amigos.

Ok, mas vamos fazer uma reflexão: as pessoas costumam associar o termo violência com agressão física. Porém, a violência passiva pode ser muito mais perigosa para diversos tipos de relacionamentos. Muitas vezes, agimos sem perceber como nossas palavras, ações e até a nossa maneira de pensar podem gerar consequências negativas e tornar nossas relações tensas, superficiais ou sem nenhum propósito.

Durante toda nossa formação escolar e acadêmica, não recebemos uma preparação específica para aprender a se comunicar de maneira empática e criar relacionamentos saudáveis. Temos diante de nós diversos recursos e conexões cada vez mais ágeis. Porém, quanto mais a tecnologia avança, menor parece ser a nossa capacidade de empatia pelo próximo.

Os pilares da Comunicação Não-Violenta

Muitos dos nossos problemas de relacionamentos interpessoais – sejam no ambiente corporativo, social ou familiar-, poderiam ser resolvidos se desenvolvessemos a habilidade para nos comunicar de forma mais compassiva.

Para Marshall, uma comunicação integral e satisfatória só pode ser feita a partir da empatia. Porém, agir com empatia é um grande desafio para qualquer ser humano. Isso ocorre porque o nosso próprio condicionamento é mecânico (pergunta/resposta), ou seja, perguntamos e respondemos e não gastamos muita energia para fazer uma avaliação mais profunda sobre o assunto.

Os quatro pilares da Comunicação Não-Violenta são:

- Observação
- Sentimento
- Necessidade
- Pedido

OBSERVAÇÃO

A Primeira fase da comunicação não violenta é a observação. Isso significa que é necessário observar o outro sem julgamentos e preconceitos. Um exemplo: quando recebemos uma crítica, costumamos levar para o lado pessoal – ou nos vitimizamos ou nos defendemos. Nos preceitos da Comunicação Não- Violenta, o que devemos fazer é colocar nossa atenção no que está sendo dito de fato.

Sentimento

Neste pilar, após a observação, é preciso avaliar qual a emoção que aquela conversa desencadeou: tristeza, felicidade, medo ou raiva ou qualquer variação dessas emoções como timidez, ansiedade, orgulho e confiança. Esse tópico é extremamente importante para os elementos seguintes.

NECESSIDADE

O que, de fato, a pessoa em questão está tentando dizer? Pode parecer uma questão simples, mas não é. É preciso entender qual a necessidade do indivíduo e que tipo de sentimentos ele está colocando através das suas palavras. É aí que está a chave: além de entender suas próprias emoções, é preciso entender as emoções do outro.

PEDIDO

Um bebê, que ainda não sabe falar, chora para comunicar que está com fome, com dor ou se sentindo sozinho. Desde sempre nos comunicamos porque queremos ou precisamos de algo. Quando sabemos nos expressar com objetividade e clareza conseguimos dizer realmente o que queremos com mais facilidade. O principal objetivo deste pilar da Comunicação Não- Violenta é a clareza. Quando sabemos exatamente o que queremos, fica muito mais fácil dizer isso ao outro.

A COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA E A INTELIGÊNCIA EMOCIONAL

A empatia é, sem a menor dúvida, uma habilidade fundamental para uma boa convivência familiar, profissional e social. Ter empatia é ter uma grande aliada para relacionamentos mais saudáveis e para atingir o sucesso em diferentes esferas da vida. Quer desenvolver sua capacidade de empatia e melhorar sua comunicação com as pessoas com quem você se relaciona?

Fonte: Sociedade Brasileira de Inteligência Emocional

NEM SEMPRE VOCÊ PODE ADIVINHAR O QUE O OUTRO PRECISA OU SENTE

O fato de você escutar e querer compreender sem criticar, julgar, analisar ou discutir fará com que o outro se abra mais. Você pode ajudar alguém a se abrir ao compartilhar honestamente os próprios sentimentos e necessidades. A técnica básica é se conectar emocionalmente para identificar as necessidades do outro. Ir direto à resolução do problema ou à discussão faz com que o outro se sinta ignorado. Por exemplo, se um colega disser: “você colocou meu suéter na secadora e ele está arruinado! Seu descuidado!”. Nesse caso, é melhor responder com empatia: “Vejo que você está se sentindo triste por pensar que não sou cuidadoso o bastante com suas coisas”. Dependendo da intensidade da emoção e da pobreza de comunicação, você pode ter de lutar muito antes de obter uma resposta. Nesse ponto, você pode pedir desculpas ou propor novas ações, de forma a fazer com que seu colega saiba que você se importa.

NOSSOS SENTIMENTOS SÃO NOSSA RESPONSABILIDADE.

A tristeza que sinto quando alguém querido me decepciona e a raiva que me consome quando alguém me agride são sentimentos que pertencem a mim. A agressão, ou o ato que serve como gatilho, pode vir de outra pessoa, mas o sentimento é um sistema interno meu para me avisar que tem algo errado. A responsabilidade pelo que eu sinto é minha, de mais ninguém. Ninguém me deixa triste. Não há pessoa que me dê raiva. Essas frases são ficções que usamos para deslocar para longe de nós a responsabilidade por aquilo que sentimos. Quando sinto raiva, tristeza, alegria, cabe a mim lidar com esses sentimentos, reconhecer o que eles querem dizer e escolher o que fazer com eles. Isso não significa que é fácil, mas algo que pode ajudar é compreender a razão por trás dos nossos sentimentos.

ALGUMAS VEZES, UM MODELO DE FRASE MEMORIZADO PODE AJUDÁ-LO A ESTRUTURAR O QUE PRECISA SER DITO:

"Está se sentindo _____ por precisar de _____?" Enfatize da melhor maneira possível seus sentimentos para preencher os espaços. Você provavelmente conseguirá enxergar a situação através dos olhos dos outros.

"Está nervoso por pensar em _____?" A raiva é ativada pelos pensamentos, como "Eu acho que você mentiu", ou "Eu acho que mereço mais um aumento do que fulano". Descubra o pensamento e você conseguirá encontrar a necessidade.

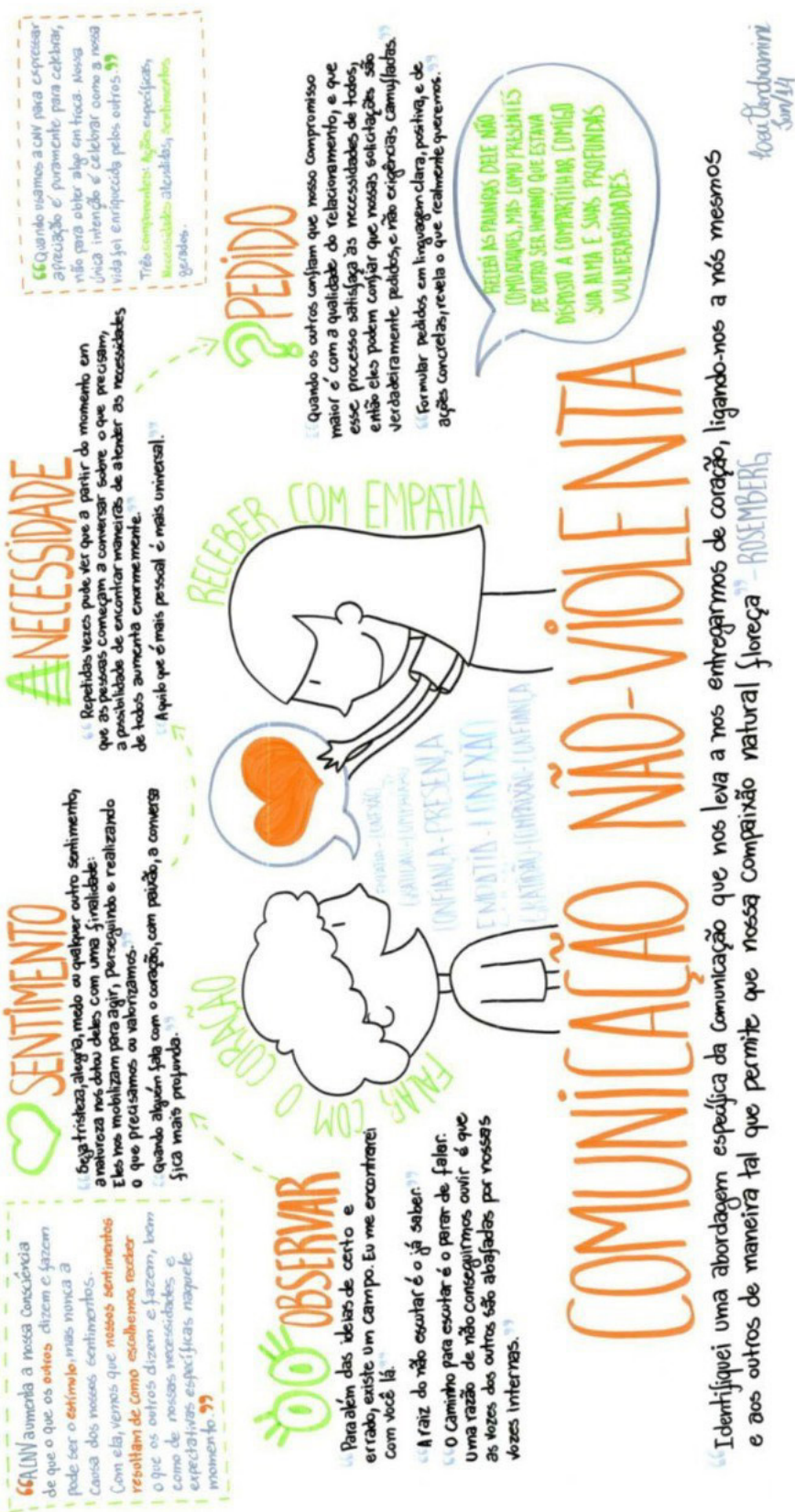
"Ando pensando se você está se sentindo ____" é outro jeito de sentir empatia sem fazer uma pergunta de maneira explícita. A frase esclarece que você acha algo, sem tentar analisar o outro ou forçar o outro a se sentir de tal jeito.

"Ando pensando _____" é um jeito de expressar um pensamento de forma a ele ser ouvido como sendo um pensamento. O pensamento é capaz de mudar de acordo com novas informações ou ideias passadas pelo próximo.

"Você gostaria se eu ____?" é um jeito de oferecer ajuda para abordar uma necessidade recentemente identificada.

Evite dizer: "Você me fez sentir _____", "Me sinto ____ por você ter feito _____", e especialmente: "Você está me deixando nervoso". Isso coloca a responsabilidade por seus sentimentos na outra pessoa, evitando identificar a necessidade que é a verdadeira causa por trás de seus sentimentos. Uma alternativa: "Quando você fez____, me senti ____, pois precisava de _____".

Fonte: Mundo Maker



Alice Cardamini
Jun/14

“Identifiquei uma abordagem específica da Comunicação que nos leva a nos entregarmos de coração, ligando-nos a nós mesmos e aos outros de maneira tal que permite que nossa compaixão natural floresça” - ROSENBERG

Encontro 5 – Mercado de Trabalho e Desenvolvimento de Competências

Você sabe o que é Mercado de Trabalho?

Podemos afirmar que o Mercado de trabalho se dá através da relação daqueles que ofertam emprego, pagam salários e oferecem benefícios e daqueles que buscam emprego e ofertam força de trabalho. Podemos citar essa relação empregado e empregador no ambiente da gestão pública, empresas privadas, pessoas físicas, instituições filantrópicas, associações (ONGs).

As empresas buscam pessoas qualificadas com competências técnicas, humanas e conceituais e que estejam alinhadas ao propósito das instituições.



VOCÊ JÁ OUVIU FALAR SOBRE A OIT (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO)?

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Fundada em 1919 com o objetivo de promover a justiça social, e ganhadora do Prêmio Nobel da Paz em 1969, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é a única agência das Nações Unidas que tem estrutura tripartite, na qual representantes de governos, de organizações de empregadores e de trabalhadores de 183 Estados-membros participam em situação de igualdade das diversas instâncias da Organização. Desde a sua criação, os membros tripartites da OIT adotaram 188 Convenções Internacionais de Trabalho e 200 Recomendações sobre diversos temas (emprego, proteção social, recursos humanos, saúde e segurança no trabalho, trabalho marítimo etc). Em 1998, a Conferência Internacional do Trabalho aprovou a Declaração dos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. A Declaração estabelece quatro princípios fundamentais a que todos os membros da OIT estão sujeitos: liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação no emprego ou na ocupação.

Frente aos desafios da globalização e dos déficits das políticas em matéria de crescimento e emprego, a OIT instituiu o Trabalho Decente como o objetivo central de todas as suas políticas e programas. A noção de Trabalho Decente abrange a promoção de oportunidades para mulheres e homens do mundo para conseguir um trabalho produtivo, adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança e capaz de garantir uma vida digna. O Trabalho Decente é o eixo central para onde convergem os quatro objetivos estratégicos da OIT:

- a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho;
- b) promoção do emprego de qualidade;
- c) extensão da proteção social;
- d) fortalecimento do diálogo social.

COMPETÊNCIAS

Cada vez mais ouvimos falar sobre o interesse das empresas em pessoas com competências, bem como o investimento no desenvolvimento de competências dos colaboradores. Afinal, o que são competências? Competência para alguns autores significa o conjunto de qualificações que a pessoa tem para desenvolver um trabalho com nível superior de desempenho.

Nesta perspectiva, o conceito de competência é pensado como um tripé:

- a) o talento natural da pessoa, que pode vir a ser aprimorado;
- b) as habilidades, que seriam a demonstração de um talento particular na prática;
- c) e conhecimentos, o que a pessoa precisa saber para desempenhar uma tarefa.

Acreditando-se, assim, que as melhores performances estão fundamentadas na inteligência e na personalidade das pessoas e são vistas como um estoque de recursos que o indivíduo detém.

Assim, poderemos, talvez, resumir em que a competência é a soma de:

- a) a pessoa (sua biografia e socialização);
- b) sua formação educacional;
- c) e sua experiência profissional.

As pessoas, seus conhecimentos e competências como a base principal da empresa, deixam de ser RECURSOS e sim SERES dotados de sentimentos, emoções, aspirações, comprometimentos, apropriações, conhecimentos, habilidade e atitudes.

VOCÊ JÁ OUVIU FALAR SOBRE COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS?

As competências socioemocionais incluem um conjunto de habilidades que cada pessoa tem para lidar com as próprias emoções, se relacionar com os outros e gerenciar objetivos de vida, como autoconhecimento, colaboração e resolução de problemas. Essas competências são utilizadas cotidianamente nas diversas situações da vida e integram o processo de cada um para aprender a conhecer, aprender a conviver, aprender a trabalhar e aprender a ser. Ou seja, são parte da formação integral e do desenvolvimento de todos. No século 21, a interconectividade e a crescente complexidade das transformações sociais, tecnológicas, entre outras, têm ampliado a relevância dessas competências para a realização no âmbito pessoal, de trabalho e social.

fonte: Portal Educação para o Século XXI

A Teoria do Big Five organiza as competências socioemocionais em cinco dimensões:

- Abertura a novas experiências (tendência a ser aberto a novas experiências estéticas, culturais e intelectuais);
- Consciência (inclinação a ser organizado, esforçado e responsável);
- Extroversão (orientação de interesses e energia em direção ao mundo externo, pessoas e coisas);
- Amabilidade (tendência a agir de modo cooperativo e não egoísta);
- Estabilidade Emocional (previsibilidade e consistência de reações emocionais, sem mudanças bruscas de humor).

Você quer ser bem-sucedido na sua escola, na universidade na sua carreira e na sua vida? Pense em trabalhar essas competências:

- Aprendizado e para a Inovação (criatividade e inovação, pensamento crítico e resolução de problemas, comunicação e colaboração)
- Habilidades para a Vida e a Carreira (flexibilidade e adaptabilidade, iniciativa e autonomia, habilidades sociais e interculturais, produtividade e capacidade de assumir compromissos, liderança e responsabilidade).

Depois de verificar o que é o Mercado de Trabalho, conhecer um pouco mais sobre competências, onde você pode buscar uma primeira oportunidade de emprego?

PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO

A Lei 10.748/2003 criou o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para os Jovens - PNPE, sendo posteriormente alterada pela Lei 10.940/2004 e regulamentada pelo Decreto 5.199/2004.

O PNPE é um conjunto de ações direcionadas para gerar empregos e preparar os jovens para melhor inserção no mercado de trabalho. O Programa Primeiro Emprego incentiva as empresas a contratarem jovens pagando um incentivo financeiro a cada vaga criada.

As empresas podem participar do programa pela linha de responsabilidade social, contratando jovens cadastrados sem receber o incentivo (e neste caso, recebem certificação como empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego) ou podem se beneficiar do incentivo financeiro destinado a todas as empresas que contratam jovens inscritos no Programa (o auxílio é de R\$1.500 anuais para cada vaga criada).

Para participar do programa

As empresas devem procurar um posto do Sine (Sistema Nacional de Emprego) ou DRT (Delegacia Regional do Trabalho), preencher um formulário, apresentar as certidões negativas do INSS, FGTS e da Receita Federal e assinar o termo de adesão.

É importante ressaltar que o empregador deve respeitar todas as obrigações trabalhistas com relação ao jovem (o contrato pode ser por tempo indeterminado ou determinado, de acordo com a CLT), recolhendo FGTS, INSS e demais tributos, além de se comprometerem à manter a mesma média de funcionários que havia na empresa antes da adesão ao PNPE (este é um mecanismo que protege o emprego dos funcionários mais antigos, impedindo que as empresas os substituam pelos jovens contratados pelo programa). Existe ainda um limite de contratação, o número de jovens contratados pelo programa não pode superar 20% quadro de funcionários da empresa.

Os jovens interessados em participarem do programa devem cumprir os seguintes requisitos:

- não ter vínculo empregatício anterior;
- ser membro de família com renda per capita (por pessoa) de até meio salário mínimo; estar matriculado e cursando ensino fundamental, médio ou cursos de educação de jovens e adultos (supletivos);

Aqueles que se enquadram nos requisitos devem procurar um posto do Sine ou Delegacia Regional do Trabalho, apresentar carteira de trabalho e comprovante de escolaridade, fazer o cadastro e esperar ser chamado.

Para outras informações ligue: 0800 2850101

LEI DA APRENDIZAGEM

A Lei 10.097/2000 afirma que empresas de médio e grande porte devem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos como aprendizes.

O contrato de trabalho pode durar de até dois anos e, durante esse período, o jovem é capacitado na instituição formadora e na empresa, combinando formação teórica e prática.

Os jovens têm a oportunidade de inclusão social com o primeiro emprego e de desenvolver competências para o mundo do trabalho, enquanto os empresários têm a oportunidade de contribuir para a formação dos futuros profissionais do país, difundindo os valores e cultura de sua empresa.

JOVEM APRENDIZ

O Jovem Aprendiz 2018 é um programa que vem beneficiando milhares e milhares de jovens todos os anos e ainda restam muitas novas vagas de jovem aprendiz à serem ocupadas! Você que é jovem com idade entre 14 e 24 anos, pode se inscrever em empresas filiadas ao programa Jovem Aprendiz e possivelmente ser contratado.

APRENDIZ LEGAL

O Aprendiz Legal é um programa voltado para a preparação e inserção de jovens no mundo do trabalho. Com o Aprendiz Legal, temos o desejo de contribuir para a formação de jovens autônomos, que saibam fazer novas leituras de mundo, tomar decisões e intervir de forma positiva na sociedade. Acreditamos que é responsabilidade compartilhada do Estado, da sociedade, da família e dos próprios jovens fortalecer sua autoestima e sua condição de cidadãos por meio do trabalho.

Para ingressar no Mercado de Trabalho é importante produzir um currículo interessante e ter uma boa entrevista de emprego. Agora o facilitador irá conversar com você sobre essas questões.

Encontro 6 – Voluntariado

“Voluntário é toda pessoa ou organização que motivada pelos valores de participação e solidariedade disponibiliza seu tempo, conhecimento e emoção para causas de interesse social e comunitário.”



Responsabilidade Social Individual

Trabalhar os valores faz despertar na pessoa seu verdadeiro valor, o que a torna mais ativa e socialmente transformadora do mundo ao seu redor.

Quais são as atitudes do voluntário?

COMPROMETIMENTO

ALEGRIA

ORGANIZAÇÃO

ÉTICA

HUMILDADE

FLEXIBILIDADE

CONFIANÇA

RESPONSABILIDADE

PERSISTÊNCIA

TOLERÂNCIA

UNIÃO

MOTIVAÇÃO

RESPEITO

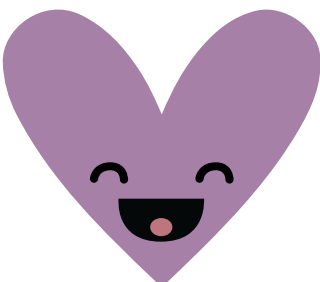
VONTADE DE PARTICIPAR



QUERO

O que o voluntariado proporciona para quem faz?

- **Crescimento pessoal;**
- **Contribuir para o desenvolvimento do outro;**
- **Conhecer novas realidades e novas pessoas;**
- **Interagir e integrar-se com a comunidade;**
- **Transformação de uma realidade social;**
 - **Sentir-se feliz;**
 - **Desenvolver competências;**
 - **Trabalhar valores positivos;**



ASPECTOS LEGAIS

Lei n.º 9.608, de 18 de fevereiro de 1998.

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para fins desta Lei, a atividade não remunerada, prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza, ou a instituição privada de fins não lucrativos, que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade.

Parágrafo único: O serviço voluntário não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista previdenciária ou afim.

MENORES DE 18 ANOS DEVEM TER AUTORIZAÇÃO DOS PAIS E/OU RESPONSÁVEIS PARA REALIZAR AÇÕES VOLUNTÁRIAS.

“Cidadão é uma pessoa capaz de, em cooperação com outros, criar ou transformar a ordem social que ela mesma queira para viver, cumprir e proteger, visando a dignidade de todos.”

Bernardo Toro
sociólogo colombiano

Encontro 7 – Planejamento

O que é Planejamento?

Planejar é decidir antecipadamente o que fazer, como fazer, quando fazer e quem vai fazer. Significa, portanto, escolher as diversas alternativas que devam estar disponíveis, as que melhor satisfaçam todas as condições para atingir um objetivo.

É a ação de, a partir da finalidade, determinar os objetivos e prever as atividades, os recursos e os meios para o atingimento destes objetivos ao longo de um período de tempo.



PROPÓSITO

Definição do dicionário: Grande vontade de realizar ou de alcançar alguma coisa; desígnio: ser feliz é o meu propósito de vida. O que se quer alcançar; aquilo que se busca atingir; aquilo que se tem intenção de realizar; resolução. expressão de prudência: é preciso ter bons propósitos na vida!

Antes de planejar algo precisamos nos perguntar qual o PROPÓSITO desse planejamento. O propósito deve ser sempre o norteador das nossas ações ele responderá se aquilo que estamos planejando está no caminho certo ou não!

O CÍRCULO DOURADO

Steve Jobs, Martin Lutherspan e os irmãos Wright dedicaram-se à realização de sonhos bem diferentes, mas tinham duas coisas em comum: uma estratégia de longo prazo e cumplicidade com a comunidade que queriam conquistar. Além disso, eles pensavam, agiam e se comunicavam da mesma forma –sempre de acordo com os sonhos.

Foram esses os padrões que o consultor Simon Sinek, assessor da Rand Corporation em inovação e planejamento, encontrou: “Nas empresas bem-sucedidas, todos, dos colaboradores aos gestores, sabem por que fazem o que fazem; as outras se dividem entre uma maioria em que os colaboradores só sabem o que fazem –não como e muito menos por quê- e algumas em que eles sabem como fazer, mas ignoram as razões de fazê-lo”. Sinek traduziu isso visualmente, no que chamou de “círculo dourado”, representado em níveis, em que o “por quê” (causa ou sonho) ocupa o espaço central, o “como” representa a proposta de valor e “o quê” refere-se a produtos e serviços oferecidos. “Esse é um modelo poderoso e inspirador de liderança”, garante Sinek, autor de Por quê? Como grandes líderes inspiram a ação (ed. Saraiva), que aborda a tomada de decisões com base na biologia. Segundo ele, o cérebro segue esse mesmo design. O neocórtex, porção externa, remete ao que é racional e analítico, e o sistema límbico, interno, é o que trabalha com sentimentos como confiança e lealdade e toma as decisões, mas sem acesso à linguagem. Segundo Sinek, as empresas, com honrosas exceções, fazem tudo ao contrário. Em primeiro lugar, não respondem a uma pergunta essencial: “Por que fazemos o que estamos fazendo?”. Assim, não inspiram equipes e clientes, que só são inspirados quando acreditam no que as empresas acreditam (o “porquê” não está relacionado com ganhar dinheiro). Em segundo, não se comunicam de dentro para fora. Em geral, as empresas pensam e se comunicam de fora para dentro, porque preferem ir do mais fácil para o mais difícil.

Fonte: <https://experience.hsm.com.br/posts/o-modelo-do-circulo-dourado-de-simon-sinek>

Vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=h8hUECLFVuw>



MATRIZ SWOT

SWOT é a sigla em inglês para Forças (Strengths), Fraquezas (Weakness), Oportunidades (Opportunities) e Ameaças (Threats).

No Brasil, você pode ouvir algumas pessoas chamando essa análise FOFA (Forças, Ameaças, Fraquezas e Oportunidades).

Não se sabe ao certo, mas ela provavelmente foi criada na década de 60, na Universidade de Stanford (EUA), por meio do estudo das 500 maiores corporações norte-americanas da época.

Hoje é uma das metodologias clássicas da Administração.

A análise SWOT é muito utilizada no planejamento estratégico das empresas ou de novos projetos, pois consiste na realização de um diagnóstico completo sobre o negócio e o ambiente que o cerca.

Análise do Ambiente

Para iniciar a caminhada é importante prestar atenção na realidade que nos rodeia (ambiente externo) e, também, nas características da Tribo, da Escola ou da organização da sociedade civil (ambiente interno).

AMBIENTE EXTERNO

No ambiente externo identificamos quais as Oportunidades e Ameaças que existem em nossa volta e que podem influenciar nossas ações. Devemos pensar nos aspectos que não podemos controlar, ou seja, eles acontecem mesmo sem a gente querer.

Oportunidades:

Situações que podem contribuir para a melhoria das ações desenvolvidas, que favoreçam a comunidade, a escola, a Tribo (Ex.: Fazer novos amigos, conhecer outros lugares, conseguir parcerias).

Ameaças:

São os imprevistos que podem acontecer e dificultar a realização das estratégias (Ex.: mau tempo em uma viagem, pneu furado, dor de barriga, etc.).

AMBIENTE INTERNO

No ambiente interno identificamos quais as forças e fraquezas que possuímos e que podem influenciar as nossas ações. Devemos pensar nos aspectos que podemos controlar, que existem dentro da Tribo, podendo facilitar ou dificultar a realização das ações.

Forças:

Podem ajudar para que as ações sejam realizadas (Ex.: Habilidades que existem no grupo, união, comprometimento, participação dos familiares, educadores, comunidade, apoio da escola, etc.).

Fraquezas:

São os aspectos que podem dificultar o desenvolvimento das ações (Ex.: Falta cooperação, falta de clareza sobre o que fazer, falta de comunicação, falta de recursos, etc.).

Análise Swot



FORÇAS

OPORTUNIDADES

FRAQUEZAS

AMEAÇAS

Depois de analisar o ambiente externo e o ambiente interno, é hora de colocar a mão na massa e elaborar o Plano de Ação, que é o documento no qual colocamos todas as etapas necessárias para a concretização da solução do problema identificado.

Para descobrir como fazer, basta responder as perguntas.

O que vamos fazer?

Para responder esta pergunta, volte e leia as **forças, fraquezas, oportunidades e ameaças** e identifique o que existe de mais importante e deve servir de **motivo para desenvolver uma ação da Tribo**

Por quê?

Por que escolhermos essa atividade?

Quem?

Quem são as pessoas envolvidas?
Quem faz o que?

Como?

Passo a passo de como realizaremos a atividade

Onde?

Local onde será realizada a ação

Quando?

Quando iremos realizar a ação?
Data marcada de início e fim

Quanto?

Custos envolvidos na ação

PLANEJAMENTO DE AÇÃO - FERRAMENTA 5W2H	
O que vamos fazer?	
Como vamos fazer?	
Quem faz o que?	
Quando realizaremos a ação?	
Onde será realizada?	
Quem e quantos vamos beneficiar	
Quanto vai custar?	

AGORA QUE VOCÊ JÁ CONSTRUIU SEU PLANEJAMENTO É HORA DE COLOCAR A “MÃO NA MASSA”. VOCÊ PODE TRANSFORMAR O MUNDO, ISSO NÃO É SONHO NÃO, NÃO ESQUEÇA: PARA MUDAR, PRECISA COMEÇAR!

FAÇA A DIFERENÇA ATRAVÉS DAS SUAS AÇÕES E ATITUDES!

TRIPÓS

NAS TRILHAS DA CIDADANIA

Realização:  **Parceiros** Voluntários **INSTITUIÇÕES DE ENSINO**

Patrocínio:



Apoio:



Rede Colaborativa:

